

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado:

OUTORGANTE: _____, brasileiro (a), estado civil: _____, Servidor Público do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, ocupando o cargo de _____, matrícula nº _____, portador (a) do RG de nº _____ expedido pela SSP/ _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado (a) _____
CEP: _____, email: _____ Contatos: _____.

OUTORGADO: **CARLOS MIRANDA PINTO FIGUEIREDO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 18.603, **EDNEIA MATOS LIMA**, brasileira, advogada, inscrito na OAB/MA sob o nº 15.956, **FERNANDO ANTONIO REIS SILVA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MA sob o nº 21.816, **HELIDA ARAÚJO DA SILVA**, brasileira, advogada, inscrito na OAB/MA sob o nº 23.448 **KRISANDIA SANTOS MARINHO**, brasileira, advogada, inscrito na OAB/MA sob o nº 15.861 e **MARCIO RAFAEL NASCIMENTO CHAVES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MA sob o Nº 11.561, todos com sede das atividades profissionais relativas aos filiados do SINDJUS-MA o mesmo da entidade sindical, na Rua das Cajazeiras, nº 43, Centro – São Luís – MA, CEP nº 65.015-080.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meu bastante procurador o outorgado, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula ad judicium et extra, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, responder processo Administrativo Disciplinares e Sindicância junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este ou a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, levantar alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

São Luís, ____ de ____ de _____.

CPF:

